

Afastamentos por transtornos mentais entre professores da rede pública do Estado do Ceará

Sick leave due to mental illness among teachers of Ceará, Brazil

Regina Heloisa Maciel*
Carla Valéria Nogueira*
Everton Cabral Maciel*
Rachel Aquino*

RESUMO: Os afastamentos do trabalho por episódios de doença entre os servidores públicos tem sido uma preocupação crescente dos governos, principalmente os ocasionados por doenças mentais. Este estudo focaliza os afastamentos desse tipo entre os professores da rede pública do Estado do Ceará, buscando conhecer os fatores e as percepções dos professores quanto ao seu afastamento. O método consistiu de análise documental dos dados de afastamentos ocorridos no período compreendido entre janeiro e março de 2009, fornecidos pelo Sistema de Informação da Coordenadoria de Perícia Médica do Ceará e de entrevistas semi-estruturadas com 35 professores afastados por transtornos mentais durante o período de janeiro a maio de 2009. Os dados mostraram uma alta porcentagem de afastamentos por transtornos mentais no período (30,1%) entre todos os servidores, sendo que a maior parte classificados no grupo F da CID10 com diagnósticos de depressão (F32) e distúrbios ansiosos (F41). Os que mais se afastaram por esse tipo de doença foram os professores que citaram como principais motivos dos afastamentos a violência nas escolas e conflitos com os alunos. Discute-se as condições de trabalho da Secretaria de Educação e a necessidade de intervenções nessas condições a fim de apoiar mais efetivamente os professores afastados e promover melhorias nas condições de trabalho das escolas.

Palavras-chave: Professores, Afastamentos por doenças, Transtornos mentais, Absenteísmo, Condições de Trabalho.

I ntrodução

O objetivo desde trabalho é investigar as causas dos afastamentos prolongados entre os professores da rede pública estadual do Estado do Ceará. Os afastamentos do trabalho ocasionados por episódios de doença entre servidores públicos em geral tem sido uma preocupação crescente dos governos nas esferas municipal, estadual e federal e chama atenção o grande número de afastamentos ocasionados por transtornos mentais e comportamentais entre esses profissionais (ANDRADE et al, 2008; CUNHA, BLANK, & BOING, 2009; SALA et al, 2009). O absentéismo no trabalho pode ser categorizado quanto ao tipo de ausência: voluntário (por razões particulares), legal (faltas amparadas por lei, tal como licença-gestante), compulsório (impedimentos de ordem disciplinar) e por doença, em que é possível distinguir as patologias não relacionadas ao trabalho das doenças ocupacionais e das ausências motivadas por acidente de trabalho (SALA et al, 2009). Os afastamentos por episódios de doenças são categorizados, em geral, pela CID10 (Classificação Internacional das Doenças).

Um ponto que deve ser levado em consideração em relação aos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais são as condições de trabalho de onde esses servidores se afastam. Glina et al (2001) analisaram sete casos de afastamentos por transtornos mentais atendidos no CEREST de Santo André, São Paulo. As anamneses e a análise dos prontuários indicaram haver associação com o trabalho em todos os casos analisados. Entre as afecções encontradas estavam quadros depressivos e de estresse decorrente do trabalho.

Recentemente, um projeto desenvolvido pela FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Higiene e Segurança no Trabalho) diagnosticou vários problemas relacionados à profissão de professor no Brasil (Ferreira, 2010). O trabalho é abrangente, uma vez que analisou professores da rede pública e privada de diversos estados brasileiros. Um dos principais problemas apontados no estudo se refere à saúde mental dos professores que se apresenta bastante comprometida face às condições de trabalho vivenciadas diariamente por esses profissionais. Segundo a autora, as situações que mais causam sofrimento mental nos professores são:

[...] ver-se constrangido (por meio de avaliações ou ameaças explícitas ou veladas) a fazer o que não acha correto; não conseguir fazer o que acha correto (por falta de infra estrutura das escolas, falta de instrumentos

pedagógicos, falta de tempo, falta de formação, falta de apoio), ser confrontado com situações com as quais não sabe lidar (violência, extrema pobreza), ser considerado culpado pelas mazelas da educação, sentir-se isolado nos seus problemas, sem apoio de instâncias colegiadas, não ver seu esforço nem seu trabalho reconhecidos, sentir que seu trabalho tem sido desvalorizado, social e financeiramente (FERREIRA, 2010: p.28).

Esses mesmos fatores têm sido apontados, em outros estudos com professores, como relacionados à síndrome de burnout (LUK et al, 2010; LEVY, NUNES SOBRINHO & SOUZA, 2009; PAPASTYLIANOU, KAILA, & POLYCHRONOPOULOS, 2009; MARTINS, 2007; VOLPATO et al, 2003; MORENO-JIMENEZ et al, 2002; LEWIS, 1999). De uma maneira geral, o burnout pode ser entendido como uma consequência do estresse relacionado ao trabalho que acomete determinadas profissões de forma prolongada e nefasta. A síndrome possui três componentes: exaustão emocional, despersonalização e falta de realização profissional e pode levar a vários transtornos psicológicos (MASLACH, 2003; MASLACH, SCHAUFELI, & LEITER, 2001; CODO & VASQUES-MENEZES, 1999). De acordo com Carlotto (2002), os professores acometidos pela síndrome sentem-se infelizes consigo próprios e insatisfeitos com seu desenvolvimento profissional.

Diante das evidências da ocorrência de problemas mentais entre os professores, é esperado que, dadas as suas condições de trabalho e a presença do estresse relacionado ao trabalho, tenham frequentes episódios de afastamentos do trabalho devidos a problemas mentais. Franco, Gonçalves & Padovani (1998), revisando pesquisas europeias e brasileiras, apontam como principais causas dos afastamentos entre professores sintomas psicológicos (ansiedade, depressão e fadiga) e que esses distúrbios estão relacionados a períodos maiores de afastamentos entre os professores.

Em um estudo com professores da rede pública de Belo Horizonte encontrou-se como principais causas de afastamentos do trabalho os transtornos psíquicos, doenças do aparelho respiratório e afecções no sistema osteomuscular (GASPARINI, BARRETO, & ASSUNÇÃO, 2006). Segundo o mesmo estudo, os professores apresentam maiores riscos de sofrimento psíquico e a prevalência de transtornos psíquicos menores é maior entre os docentes, quando comparados a outros grupos ocupacionais. As autoras acreditam que dados acerca de afastamentos por licenças médicas podem ser tomados como pistas sobre situações que merecem maior aprofundamento

e análise. Nos professores estudados houve uma prevalência de transtornos mentais de 50,3% e essa prevalência é superior à encontrada em estudos realizados na população geral, embora não tenham sido constatadas correlações positivas entre os afastamentos e as condições de trabalho. Do mesmo modo, Delcor et al. (2004) afirmam que os docentes atuantes na educação básica convivem com precárias condições de trabalho para realizar atividades que exigem grande responsabilidade e comprometimento e têm adoecido de forma preocupante, particularmente por doenças mentais, disfonias e LER (Lesões por Esforços Repetitivos).

Este trabalho se refere à investigação dos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais entre os professores da rede pública do Estado do Ceará, focalizando as percepções e vivências relacionadas aos afastamentos em um grupo de servidores da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC).

Inicialmente foram computados os episódios de afastamentos entre todos os servidores da administração direta do estado. Nesse levantamento ficou evidente a grande quantidade de afastamentos entre os professores do estado e foi esse fato que motivou a investigação mais aprofundada dos afastamentos entre os professores.

Método

O trabalho foi realizado na Coordenadoria de Perícias Médicas do Estado do Ceará por meio do SAP (Serviço de Apoio Psicossocial). Esse serviço é responsável pelo acompanhamento e orientação dos servidores afastados para tratamento de saúde quando verificada a necessidade de apoio e avaliação das condições psicossociais do trabalho. Preliminarmente ao estudo com os professores, foi realizada uma análise dos afastamentos dos 78.569 servidores públicos da administração pública direta no período compreendido entre janeiro e março de 2009.

A investigação focalizou as razões dos afastamentos de um grupo de 35 servidores da SEDUC, tendo em vista a maior incidência de afastamentos por transtornos mentais nesse órgão. O quantitativo de 35 professores corresponde à totalidade de afastamentos desse grupo de profissionais no período, encaminhados por médicos peritos para atendimento psicossocial por estarem afastados por doenças enquadradas no grupo F (transtornos mentais e comportamentais) da CID10, tendo ainda solicitado prorrogação de suas licenças médicas por mais de 15 meses ininterruptos.

As informações dos professores foram coletadas por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas no período de janeiro a maio de 2009 durante

atendimentos individuais na Coordenadoria de Perícia Médica e visitas domiciliares aos servidores, atividades desenvolvidas pelo SAP. O instrumento de coleta de dados utilizado na entrevista foi elaborado pela equipe do SAP, baseando-se em um roteiro que contempla os seguintes tópicos: dados gerais de identificação (nome, profissão, idade, sexo, tempo de licença atual), queixa principal, tratamento (medicação e acompanhamento com profissionais de saúde), histórico de doenças, antecedentes familiares, sociabilidade (rotina atual, lazer, atividades desenvolvidas), dinâmica familiar, dados sobre o ambiente de trabalho (relacionamento interpessoal, identificação com a profissão), fatores apresentados como estando relacionados à problemática que originou o afastamento e expectativas para o futuro.

Os atendimentos individuais foram agendados por meio de ligações telefônicas onde se solicitava a presença do servidor nas dependências da Coordenadoria de Perícia Médica para atendimento psicossocial. As visitas domiciliares foram realizadas a partir de encaminhamentos dos médicos peritos nos casos de prorrogação de licenças por mais de 15 meses. Tais visitas não eram agendadas e aconteceram durante horário comercial. As entrevistas não foram gravadas para evitar constrangimentos ao servidor, uma vez que o setor de Perícias Médicas é órgão oficial do estado que determina a validade dos afastamentos. Na análise das entrevistas procurou-se verificar as frequências das respostas obtidas, mas também foi realizada uma análise de conteúdo.

Resultados e Discussão

Afastamentos do trabalho por transtornos mentais

Durante o período analisado (janeiro a março de 2009) constatou-se a ocorrência de 6.313 licenças por doenças entre os servidores da administração direta do estado, correspondendo a um índice de afastamento de 8,03%, considerando todos os servidores (N=78.569). Embora o período estudado seja curto, o que pode acarretar erros na estimativa de índices dessa natureza, o percentual de afastamentos entre os servidores públicos estudados é alto quando comparado a estudos semelhantes (SALA et al, 2009; BECKER & OLIVEIRA, 2008).

Das 6.313 licenças por doenças ocorridas no período, 1.893 se enquadravam dentro do capítulo F da CID10 - transtornos mentais e comportamentais, correspondendo a 30,1% de todos os episódios de afastamentos motivados por doenças no período (Tabela 1). Esse índice é superior aos índices de afastamento por transtornos mentais entre servidores de outros estados. Por exemplo, no estudo de Cunha, Blank & Boing (2009) o índice foi de

25,3%; no de Sala et al (2009), 19,2%; e no de Faria, Barboza & Domingos (2005), 28,9%. O resultado encontrado aqui pode estar incorrendo em erro de estimativa pelo mesmo motivo explicado acima, mas pode estar refletindo a tendência de aumento de afastamentos por transtornos mentais verificada apontada em um estudo com bancários (SILVA, PINHEIRO, & SAKURAI, 2008). Vale dizer que já em 2004, Wünsch Filho, analisando os dados do Ministério da Previdência Social (MPAS) de afastamentos por acidentes e doenças ocupacionais no período de 1960 a 2000, previu um aumento dos afastamentos por transtornos mentais dos trabalhadores brasileiros celetistas (WÜNSCH FILHO, 2004).

Foram computadas as frequências de afastamentos por transtornos mentais dos órgãos da administração do Estado com os maiores índices de afastamentos, levando em consideração a quantidade de servidores em cada órgão. Os resultados mostraram que a SEDUC apresentou o maior percentual de afastamentos por transtornos mentais em comparação com os outros tipos de classificações da CID10, sendo que os afastamentos por esse tipo de transtornos correspondeu a 5,4% do total de afastamentos no período naquela Secretaria. A classificação mais frequente dos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais foi a de episódios depressivos (F32) (622 servidores), correspondendo a 77% do total de afastamentos por transtornos mentais. Em seguida apareceram os transtornos ansiosos (F41) (113 servidores), correspondendo a 14% do total de afastamentos classificados no grupo F da CID10 e, em terceiro lugar, transtornos afetivo bipolar (F31) (32 servidores), correspondendo a 4,3% do total do grupo F.

Tabela 1: Afastamentos por doenças nos meses de janeiro a março de 2009 entre os servidores da administração direta do estado do Ceará.

Classificação CID10	Frequência	Porcentagem
Capítulo F	1893	30,1%
Demais capítulos	4419	69,9%
Total	6313	100%

Tendo em vista a grande incidência de transtornos mentais entre os professores, focalizaram-se, por meio de entrevistas individuais, as percepções sobre esses afastamentos entre os 35 professores que estavam em afastamento nos meses de janeiro a maio de 2009 e que haviam solicitado extensão do afastamento por mais 15 meses.

Afastamentos por transtornos mentais entre os professores

Do grupo de 35 professores da SEDUC entrevistados, 26 (74%) eram mulheres e 9 (26%) eram homens. Em relação às idades, a maioria (20; 60%) estava entre 45 e 55 anos. Entre os 35 professores, 25 (71,4%) haviam sido afastados com diagnóstico de depressão (F32) e 7 (20%) com transtornos de ansiedade (F41), como mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Diagnóstico que deu origem aos afastamentos dos professores no período de janeiro a março de 2009 (Estado do Ceará).

Diagnóstico	Frequência	Porcentagem
Depressão	25	71,4%
Transtornos de ansiedade	7	20%
Esquizofrenia	2	5,7%
Transtornos bipolar	1	2,9%
Total	35	100%

Apenas 7 dos 24 entrevistados que estavam em tratamento psiquiátrico estavam também sendo acompanhados por tratamento psicológico, semanal ou quinzenal. O tratamento psiquiátrico a que se referiram se constitui de uma consulta mensal com o psiquiatra (médico conveniado), em geral, apenas para dar continuidade ou iniciar um tratamento medicamentoso. Como a maioria apresentava quadro depressivo, é significativo o fato de não estarem em tratamento psicológico, o que pode significar um prognóstico ruim em termos de recuperação. O tratamento medicamentoso isolado, na maioria das vezes, não resolve os conflitos básicos que deram origem aos sintomas depressivos.

Os professores foram indagados sobre sua percepção em relação à origem de sua doença. A grande maioria (26 professores, 74,3%) relatou problemas relacionados ao trabalho como o motivo principal de seu afastamento. Outros motivos citados foram: problemas familiares, outros problemas de saúde e morte de familiares ou amigos. Dos 26 motivos classificados como relacionados ao trabalho, foram citados problemas de relacionamento com os alunos (8); violência na escola (7); sobrecarga de trabalho, pressões da direção e desorganização do sistema educacional (6). Esses motivos estão relacionados às condições de trabalho nas escolas públicas como bem

mostra o estudo de Ferreira (2010). Tavares, Ferreira & Maciel (2008), em uma pesquisa com professores da rede de ensino básico do Estado do Piauí (trabalho que faz parte do estudo de Ferreira, 2010), mostraram que os professores estão sujeitos a condições inadequadas de trabalho principalmente no tocante à violência nas escolas e ao pouco apoio que recebem dos pais dos alunos no trabalho conjunto de educar. É importante ressaltar que os professores relatam também pouco ou nenhum apoio na solução dos conflitos com os alunos e com os pais, uma vez que em grande parte das escolas não há profissionais especializados para realizar essa tarefa, delegando-se essa atividade para os próprios professores. Essas situações levam os professores ao “desamparo”, condição frequentemente associada ao aparecimento de quadros depressivos. Assim também, Gasparini, Barreto e Assunção (2006) constataram que o risco de apresentar transtornos mentais é bastante elevado nos professores e que os transtornos são mais frequentes nos professores que relatam experiência de violência nas escolas; pior percepção sobre o trabalho; piores condições de trabalho e ambiente físico da escola; e menor recurso computacional para o trabalho escolar.

Em relação às expectativas futuras, apenas 10 (28%) dos entrevistados desejam voltar a trabalhar no mesmo posto; 16 (46%) não desejam voltar a trabalhar como professores e 9 (26%) pretendem realizar outra atividade. Dos 16 que não desejam voltar a trabalhar, 6 pretendiam se aposentar por tempo de serviço, 4 pretendiam se aposentar por invalidez e 6 voltariam a trabalhar desde que não fosse ministrando aulas. Esses resultados mostram a aversão dos afastados ou seu esgotamento em relação à atividade de professor, dado que uma parte deles também relatou que já estavam se adaptando a outras atividades profissionais. Portanto, pode-se concluir que a gênese dos afastamentos por transtornos mentais entre os professores está localizada, em grande parte, nas condições de trabalho a que estão sujeitos.

Considerações finais

Analisando os afastamentos do trabalho por doenças entre os servidores públicos da administração direta do Ceará, encontrou-se um índice de afastamentos de 8,03% nos meses de janeiro a março de 2009. O índice indica um alto grau de afastamentos do trabalho entre os servidores o que pode ser um indicativo de problemas nas condições e situações de trabalho. Entre as doenças que originaram os afastamentos, 30,1% se encontravam no grupo F (transtornos mentais e comportamentais) da CID10. Desse total, os tipos mais frequentes foram os quadros depressivos (F32) e distúrbios ansiosos (F41), sendo que o órgão da administração do estado onde houve um maior número de afastamentos por transtornos mentais foi a Secretaria da Educação.

Em relação à SEDUC, já são relativamente reconhecidos os riscos de transtornos mentais entre os professores oriundos das condições estressantes de trabalho, principalmente a questão da violência nas escolas e conflitos com alunos e pais de alunos. Além disso, o professor na atualidade deve se ocupar de uma série de atividades para as quais nem sempre está preparado e recebendo apoio suficiente, levando a um sentimento de desamparo e esgotamento emocional (vide, por exemplo, CARLOTTO, 2002), o que pode resultar no grande número de afastamentos por transtornos mentais observado.

Essas condições problemáticas do trabalho dos professores foram expressas pelos afastados por transtornos mentais nas entrevistas realizadas, sendo que os professores localizaram como principal motivo de seu afastamento a violência nas escolas. É digna de nota a quantidade de professores que não pretendem voltar a trabalhar, ou porque pretendem se aposentar em breve por tempo de serviço ou por invalidez ou porque desejam se ocupar em outras atividades. Resultados esses que corroboram os encontrados por Sampaio et al, (2003) e Miranda et al, (2009) em seus estudos sobre as causas das aposentadorias precoces entre professores universitários.

Os dados encontrados aqui mostram a necessidade do desenvolvimento e implantação de programas de melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos do estado, focalizando, principalmente, as condições de emprego, condições físicas de trabalho e segurança dos profissionais, entre outros. Programas de capacitação e atendimento psicológico, mesmo para os não afastados, seriam também de grande valia para esse contingente de profissionais. De especial importância seria a implantação de melhorias nas escolas públicas, aumentando a segurança, diminuindo a carga horária, sem prejuízo dos vencimentos e fornecendo ao professor condições que permitam o efetivo desempenho de sua profissão.

ABSTRACT: Civil servants' sick absences are a great concern for municipal, regional and federal governments in view of the high rate of servants on leave, mainly due to mental illness and behavioral issues. In this study the problem of mental illness' sick leaves among teachers of the State of Ceará is addressed in order to determine their causes and consequences and the teachers perceptions about them. The method consisted of documental analyses of absences that occurred from January to March 2009, provided by the Medical Department of Ceará and structured interviews with 35 teachers of the Education Department, not working due to mental illness during the same period. The data have shown a high percentage of sick absences due to mental illness or behavioral issues during the studied period (30.1%) among all civil servants. The majority of sick leaves were due to mental illness classified in the F group of CID10, mainly depression (F32) and anxiety (F41). Civil servants with mental problems were mainly those working for the Education Department. The interviews shown that the motives related to the

Artigo

Recebido: 13/03/2012

Aprovado: 15/05/2012

Keywords:
Teachers,
Sick leave,
Mental illness,
Absenteeism,
Working
conditions.

sick absences of these teachers were related to their working conditions. The main problems that originated their mental illness were schools' violence and conflicts with students. The working conditions of the schools are discussed as well as the need for the development and implementation of programs aimed at providing effective social support for professionals on sick leave or not and promotion of better working conditions in public schools.

Referencias

ANDRADE, T.; SOUZA, M.; SIMÕES, M.; & ANDRADE, F. Prevalência de absenteísmo entre trabalhadores do serviço público. *Scientia Medica*, 18(4), 166–171, 2008.

BECKER, S. G.; & OLIVEIRA, M. L. Study on the absenteeism of nursing professionals in a psychiatric center in Manaus, Brazil. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 16(1), 109-14, 2008.

CODO, W.; & VASQUES-MENEZES, I. O que é burnout: Educação: carinho e trabalho. Informativo DIESAT, 1999. Internet: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/jornaldoprofessor/midias/arq/Burnout.pdf>. Acesso em 24/01/2010.

CUNHA, J. B.; BLANK, V. L.; & BOING, A. F. Tendência temporal de afastamento do trabalho em servidores públicos (1995-2005). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 12(2), 226-236, 2009. doi: 10.1590/S1415-790X2009000200012

DELCOR, N. S.; ARAÚJO, T. M.; REIS, E. J.; PORTO, L. A.; CARVALHO, F. M.; SILVA, M. O.; et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(1), 187-196, 2004.

FARIA, A. C.; BARBOZA, D. B.; & DOMINGOS, N. A. Absenteísmo por transtornos mentais na enfermagem no período de 1995 a 2004. *Arquivos de Ciências da Saúde*, 12(1), 14-20, 2005.

FERREIRA, L. L. *Relações entre o Trabalho e a Saúde de Professores na Educação Básica no Brasil*. São Paulo: FUNDACENTRO, 2010.

FRANCO, A. C. S. F.; GONÇALVES, A.; PADOVANI, C. R. Relação saúde/doença de professores de educação física expressa em estudo na rede municipal de ensino, Campinas-SP. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 24(91/92), 75-84, 1998.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; & ASSUNÇÃO, A. A. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(12), 2679-2691, 2006.

GLINA, D. M.; ROCHA, L. E.; BATISTA, M. L.; & MENDONÇA, M. G. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(3), 607-616, 2001.

LEVY, G. C.; NUNES SOBRINHO, F. D.; & SOUZA, C. A. Síndrome de Burnout em professores da rede pública. *Produção*, 19(3), 458-465, 2009. doi: 10.1590/S0103-65132009000300004

LEWIS, D. Workplace bullying – interim findings of a study in further and higher education in Wales. *International Journal of Manpower*, 20(1/2), 106-119, 1999. doi: 10.1108/01437729910268696

LUK, A. L.; CHAN, B. P.; CHEONG, S. W.; & KO, S. K. An exploration of the burnout situation on teachers in two schools in Macau. *Social Indicators Research*, 95(3), 489-502, 2010. doi: 10.1007/s11205-009-9533-7

MARTINS, M. D. Sintomas de Stress em Professores Brasileiros. *Revista Lusófona de Educação*, 10, 109-128, 2007.

MASLACH, C. Job burnout: new directions in research and intervention. *Current Directions in Psychological Science*, 12(5), 189-192, 2003. doi: 10.1111/1467-8721.01258

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W. B.; & LEITER, M. P. Job burnout. *Annual Review of Psychology*, 52, 397-422, 2001.

MIRANDA, F. A.; CARVALHO, G. R.; FERNANDES, R. L.; SILVA, M. B.; & SABINO, M. D. Saúde mental, trabalho e aposentadoria: focalizando a alienação mental. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(5), 711-716, 2009. doi: 10.1590/S0034-71672009000500010

MORENO-JIMENEZ, B.; GARROSA-HERNANDEZ, E.; GÁLVEZ, M.; GONZÁLEZ, J. L.; & BENEVIDES-PEREIRA, A. M. A avaliação do Burnout em professores. Comparação de instrumentos: CBP-R e MBI-ED. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 7(1), 11-19, 2002. doi: 10.1590/S1413-73722002000100004

PAPASTYLIANOU, A.; KAILA, M.; & POLYCHRONOPOULOS, M. Teachers' burnout, depression, role ambiguity and conflict. *Social Psychology of Education*, 12(3), 295-314, 2009. doi: 10.1007/s11218-008-9086-7

SALA, A.; CARRO, A. R.; CORREA, A. N.; & SEIXAS, P. H. Licenças médicas entre trabalhadores da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo no ano de 2004. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(10), 2168-2178, 2009.

SAMPAIO, R. F.; SILVEIRA, A. M.; PARREIRA, V. F.; MAKINO, A. T.; & MATEO, M. M. Análise das aposentadorias por incapacidade permanente entre os trabalhadores da Universidade Federal de Minas Gerais no período de 1966 a 1999. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 49(1), 60-66, 2003.

SILVA, L. S.; PINHEIRO, T. M.; & SAKURAI, E. Perfil do absenteísmo em um banco estatal em Minas Gerais: análise no período de 1998 a 2003. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(Sup2), 2049-2058, 2008. doi: 10.1590/S1413-81232008000900009

TAVARES, D.S.; FERREIRA, L. L.; MACIEL, R.H. O Trabalho de Professores na Educação Básica Pública no Piauí. São Paulo: FUNDACENTRO, 2008.

VOLPATO, D. C.; GOMES, F. B.; SILVA, S. G.; JUSTO, T.; & BENEVIDESD-PEREIRA, A. M. Burnout: o desgaste dos professores de Maringá. *Revista Eletrônica Interação Psy*, 1(1), 90-101, 2003.

WÜNSCH FILHO, V. Perfil Epidemiológico dos Trabalhadores. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, 2(2), 103-117, 2004.